



MARCHA DAS MARGARIDAS: A LUTA PELA TERRA, MULHERES EM MOVIMENTO E SUA IMPORTÂNCIA NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO CAMPO

Naiane Martins da Silva ¹
Dimas Moraes Peixinho ²

RESUMO

Este estudo, trata-se de uma discussão feminista, que tem o objetivo de retratar o movimento “Marcha das Margaridas”, tendo em vista, a busca pelos direitos e igualdade de gênero no espaço rural. Esse movimento, acontece desde 2000 por um grupo de mulheres rurais de vários estados do país, em busca de qualidade de vida daquelas que estão à frente das reproduções desenvolvidas no meio rural. Os objetivos específicos tratam-se de investigar o processo de transformações e luta pelos direitos da mulher no espaço rural; apresentar o movimento “Marcha das Margaridas” como exemplo de luta, em busca de melhorias para o trabalho feminino no campo; e, discutir o empoderamento da mulher frente à agroecologia no espaço rural. O procedimento metodológico utilizado é o levantamento bibliográfico, através de artigos, entre outras obras literárias que discutem a temática. Desta maneira, o estudo traz contribuições a partir de uma literatura agrária feminista, e ressalta o protagonismo das mulheres no campo, a participação no desenvolvimento de atividades agroecológicas e também não agrícolas, as mobilizações e organizações realizadas nos últimos anos, além da busca por políticas públicas que implicam nas relações respeitadas e igualitárias entre homens e mulheres no meio rural.

Palavras-chave: Trabalhadoras Rurais, Mulheres em Movimento, Protagonismo Feminino no Campo.

ABSTRACT

This study is a feminist discussion, than has the objective to portray the “Marcha das Margaridas” movement, owing to, the search for righteous and gender equality in rural space. This movement, happens since 2000 for a rural women of group, from diferents states in the country, in search of quality of life of those that are ahead of reproductions in rural space. The specific objectives are to investigate the transformation process and fight for woman's right in rural space; to presente the “Marcha das Margaridas” moviment in exemple for fight, improvements to feminine work in rural space, and to discuss the female empowerment ahead for agroecology in rural space. Beyond the introduction this work, reading was divided into three stages considering the discussion of “items”, corresponding to each proposed objective. The research methodology used is the survey bibliographic, articles, and others studies who discuss this theme. The study brings contributions from feminist agrarian literature and highlights the role of women in the field, participation in the development of agroecological and also not-agricultural activities, the mobilizations and organizations carried out in recent years, in addition to the search for public policies that in respectful and egalitarian relations between men and women in rural area.

Keywords: Rural Workers, Women in Motion, Female lead in the field.

¹ Turismóloga, Pós-Graduada em Geografia, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Mestra em Geografia, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí - UFJ, naiimartiins@hotmail.com;

² Geógrafo, Mestre em Geografia, Doutor em Geografia, Professor Adjunto da Universidade Federal de Jataí - UFJ, dimas_peixinho@ufj.edu.br.

Na qualidade de pesquisadores dos estudos geográficos, essa discussão apoia-se ao movimento de mulheres trabalhadoras, suas iniciativas, a quebra de preconceitos e violência, sobretudo, as lutas sociais e os diferentes movimentos realizados no campo. Essa narrativa é pautada sobre mulheres que atuam nas diferentes ocupações do trabalho desempenhado no espaço rural e seus enfrentamentos ao longo desta caminhada.

Por muitos anos as mulheres foram marginalizadas e oprimidas por uma sociedade que repudiavam seus direitos de expressão, com isso, a classe feminina era totalmente excluída das tomadas de decisões sociais e políticas, enquanto só se aceitavam os comandos e chefias dos homens.

Embora essa realidade tenha se pendurado por muito tempo, no espaço rural não foi diferente, organizações e movimentos foram criados e a classe feminina foi alcançando pouco a pouco seus objetivos. Pode-se dizer que ainda é um processo lento, no entanto, existem diferentes órgãos, ministérios, organizações, movimentos e políticas públicas que dão apoio a essa luta e ideologia.

Para melhor exemplificar esse cenário, podemos citar o “Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMRT); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destinado à mulher (PRONAF MULHER); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), dentre outros.

Em relação a essas organizações, apresenta-se neste estudo a Marcha das Margaridas, um movimento social brasileiro, realizado na cidade de Brasília desde os anos 2000, na qual estão à frente milhares de mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil. As Margaridas, lutam contra a pobreza no campo, a violência sexista contra a mulher, a fome, buscam por políticas públicas, direitos trabalhistas e sociais, entre outros fatores que vêm afetando diretamente a vida e a dignidade da mulher no espaço rural.

Sendo assim, esse estudo tem como principal objetivo retratar o movimento Marcha das Margaridas, tendo em vista, a busca pelos direitos e igualdade de gênero no espaço rural.

Os objetivos específicos propostos são: “compreender o processo de transformações e luta pelos direitos da mulher no espaço rural; apresentar o movimento Marcha das Margaridas como exemplo de luta, em busca de melhorias para o trabalho feminino no campo; e, discutir o empoderamento da mulher frente à agroecologia no espaço rural”.



A escolha da temática justifica-se pela necessidade de conhecer melhor a realidade vivida por tantas mulheres agricultoras, assentadas, quebradeiras de coco, curandeiras, ribeirinhas, indígenas, entre outras, que vivem nos diferentes territórios brasileiros e tem buscado por igualdade, dignidade e respeito.

Além disso, na qualidade de autora principal deste estudo e atualmente, discente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ, ressalto o vínculo com tal contextualização, uma vez que vem sendo discutido na minha pesquisa de doutorado e neste espaço, também faço meus agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que tem contribuído com meu aperfeiçoamento profissional e acadêmico nos estudos geográficos.

Para essa discussão utilizou-se como metodologia de pesquisa a literatura bibliográfica. Parte do referencial teórico, partiu-se de autores pesquisadores dos estudos agrários brasileiros, geógrafos, sociólogos, entre outros, e alguns sítios eletrônicos que tem abordado essa temática e apresentado diferentes experiências vividas pelas mulheres que lutam por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência.

Os resultados apontam uma discussão literária feminista, na qual aborda a importância dos trabalhos femininos no campo, o processo de luta e conquista pela terra, bem como, a busca pelos direitos que trabalhadoras rurais do país enfrentaram e ainda enfrentam no século XXI.

Percebe-se que mesmo depois de longos, ainda é constante a luta das mulheres trabalhadoras rurais pelos seus direitos. Além disso, a organização de mulheres que compõe o movimento a Macha das Margaridas acredita na transformação de uma sociedade mais saudável, tendo em vista, a inserção e desenvolvimento da produção agroecológica no país.

METODOLOGIA

No que concerne a metodologia de pesquisa, utilizou-se nesse estudo a literatura bibliográfica. Os dados secundários foram absorvidos de alguns sítios eletrônicos, como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG (2015 - 2019); o site oficial da Marcha das Margaridas; sítio eletrônico da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA; entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas, após um longo processo de luta, resistência e persistência feminina, as mulheres tem atuado em diferentes cenários do trabalho mundial, como representações de sujeitos sociais, históricos e econômicos.



tempo as mulheres sofreram com desigualdade de gênero em uma sociedade que só prevalecia os direitos e benefícios ao homem. Exemplo disso, foi a falta de acesso à documentação, considerada a conquista pela cidadania, enquanto foram marginalizadas e oprimidas pela desigualdade e indivisibilidade do caráter de gênero (KUHNNEN, 2017).

Para Moser (1991), o empoderamento feminino fundamenta-se a uma realidade que por longos anos muitas mulheres viveram, na qual se encontravam em um espaço de opressão diferente, de acordo com a sua raça, classe social, história, dentre outros.

A partir de então, diversos movimentos feministas foram criados, uma vez que as mulheres buscavam por essa igualdade social e começaram a reivindicar e exigir do Estado a criação e implementação de políticas públicas que também garantissem seus direitos, em específico, o acesso à documentação cidadã.

Neste contexto, ao longo do tempo, muitas agricultoras viviam em situação de insegurança alimentar, justamente pelo fato de parte da população rural feminina não possuir nenhuma documentação e não participar das políticas públicas destinadas à agricultura familiar e reforma agrária brasileira.

Tais movimentos, incorporaram as lutas feministas como parte de seus objetivos estratégicos de mudança social. Segundo Pinto (1992) os movimentos sociais de caráter popular são locais de práticas de resistência a desigualdade contidas nas relações de gênero.

“A originalidade do movimento feminista assenta-se tanto na particularidade dos problemas e das questões levantadas, quanto no momento histórico de sua emergência; estes dois componentes, além de importantes, são dificilmente separáveis. Estruturou-se a partir de uma ética assentada na crítica do domínio patriarcal e em uma razão androcêntrica de humanidade que deixou fora metade desta - as mulheres e que construiu um ‘modelo’ de feminino fabricado pelo androcentrismo em nome da natureza e da razão (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1997, p.266)”.

No Brasil, “de acordo com uma perspectiva de gênero, o programa de reforma agrária do país apresenta-se com um baixo índice de mulheres contempladas, comparado ao de outros países da América Latina (DEERE; LEÓN, 2001, p. 335)”.

Esse cenário acontece após a concessão na Constituição Federal de 1988, que reconhece os direitos das mulheres ao poder pela terra. Segundo Da Luz (1996, p. 177) o art. 189, que regula a distribuição de terras por reforma agrária, apresenta que os lotes serão conferidos “ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil”. Esse art. 189 também contribuiu ao movimento das mulheres quando se colocou um fim ao “homem/ marido, como chefe do lar”, dando domínio a sociedade feminina para essa nomeação em igualdade (DA LUZ, 1996).

De acordo com Mendes, Neves, Neves e Silva (2014), a ANMRT- Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, criou uma campanha em 1997 como incentivo à criação de documentação das trabalhadoras rurais. Anos depois em 2004, o governo federal, juntamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), implementou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), para garantir os direitos básicos às trabalhadoras rurais.

Deere (2002, p.114) explica que essa conquista do direito das mulheres à terra, não era a principal prioridade de nenhum dos movimentos sociais rurais. Porém, frente a essa realidade, a participação das mulheres nos movimentos rurais continuava crescendo.

No Brasil, a Luta pela Terra é considerado um dos movimentos provenientes da Reforma Agrária, realizado por grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam contra um destino social de exclusão (MARTINS, 2000). Segundo Garcia e Tomaz Junior (2002), o capitalismo influenciou a desigualdade de divisão sexual do trabalho. Neste cenário, muitas mulheres assentadas e/ou acampadas, vendem sua força de trabalho em condições desiguais.

Fruto das diferentes organizações em busca de direitos e melhorias no ambiente rural e resistências, atualmente, as mulheres possuem autonomia e participação ativa nas decisões políticas e socioeconômicas no campo. Exemplo disso, é o desenvolvimento de diversas políticas públicas que apoiam o trabalho feminino nos espaços rurais. Para melhor exemplificar esse cenário, encontra-se atualmente o PRONAF Mulher³, PAA⁴, POPMR⁵, a Aposentadoria para a mulher rural, ATER para Mulheres e o Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável.

Em relação ao direito e a autonomia das mulheres no campo, Butto (2006) diz que, as principais políticas públicas destinadas às trabalhadoras rurais que influenciaram esse processo até os dias atuais, foram as do direito à terra, direito à documentação civil e trabalhista, o acesso a linhas específicas de crédito, as políticas de comercialização e de organização produtiva.

Por isso, todo o processo de luta, contradições, resistências, movimentos e organizações sociais feministas, contribuem até hoje para melhor atender as necessidades de trabalhadoras nos espaços rurais brasileiros.

Organizado por um grupo de mulheres do campo, A Marcha das Margaridas pode ser entendido como um movimento social brasileiro, realizado desde 2000 em Brasília e possui

³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar específico às mulheres rurais;

⁴ Programa de Aquisição de Alimentos;

⁵ Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais;

uma significativa capacidade de mobilização para as diferentes causas de milhares de mulheres rurais, na qual se reafirmarem como cidadãs de direitos e lutam pela igualdade de gênero.

De acordo com a Contag (2015), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Marcha das Margaridas reúne mulheres de várias regiões do país vão em busca de reivindicações pelos seus direitos e lutam contra a pobreza no campo, a violência sexista contra a mulher, a fome, entre outros.

Segundo a Contag (2019, p. 4) as Margaridas, compõe um grupo de mulheres de classes trabalhadoras:

“Mulheres rurais, urbanas, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedeiros, geraizeiras, e tantas outras, negras na grande maioria”.

A denominação desse movimento, inspira-se na pernambucana Margarida Alves, vítima de assassinato no dia 12 de agosto de 1983. Em vida, Margarida foi líder sindical de organizações da luta de trabalhadores rurais, eleita como presidente do Sindicato Rural em 1973 (FERNANDES, 2010).

Em 1980, a produtora rural, Margarida Alves, destacou-se na luta pelos direitos das mulheres do campo, cuja história de lutas e morte trágica inspirou e inspira até hoje, trabalhadoras rurais em todo Brasil. A morte de Margarida comoveu a opinião pública brasileira e todo o grupo de produtores rurais. Nesse sentido, ela tornou-se o símbolo da luta das mulheres rurais no país (FERNANDES, 2010).

A Marcha das Margaridas caracteriza-se por ser uma ação coletiva e uma estratégia adotada por diversos movimentos sociais de mulheres que lutam por conta dos problemas enfrentados no campo (SILVA, 2008). Esse grupo de trabalhadoras do campo, se reúnem em função de uma ação estratégica que defendem as mulheres das florestas, das águas, em busca de conquistar visibilidade e reconhecimento social, político e cidadã (CONTAG, 2015).

De modo geral, as trabalhadoras do campo, uma vez que encontram dificuldades e/ou limitações em continuar se mantendo no espaço rural, tendem a buscar por estratégias de abastecimento para suas famílias. Neste cenário, mulheres trabalhadoras passam a exercer outras atividades consideradas não agrícolas em busca de sua permanência no ambiente rural e zelar pelos seus lares e/ou pela terra.

A luta constante da classe social e trabalhadora das mulheres do mundo, em especial no Brasil, como mostra o movimento Marcha das Margaridas, nada mais é o interesse em obter qualidade de vida no campo, através da segurança e valorização do trabalho feminino nos

PESQUISA em espaços rurais, já que, no atual século em que vivemos, ser mulher, trabalhadora, chefe do lar, mãe, dentre outros, é um dos maiores e mais desafiadores fardos enfrentados por mulheres do país inteiro.

A luta por espaço, autonomia no mercado de trabalho, igualdade e combate ao racismo patriarcal de outras gerações, é uma luta diária na vida das mulheres. Enfrentar as contradições de classe faz parte de uma nova construção da sociedade, e para isso acontecer é preciso força, coragem, luta e resistência.

Nesse sentido, se dá a importância em discutir a autonomia e empoderamento feminino nos trabalhos do campo, na qual as Margaridas e também demais mulheres de todo o país tem desenvolvido frente a agroecologia brasileira.

Neste cenário, a agroecologia pode ser entendida como uma nova alternativa de trabalho ou modo de vida que contribui economicamente para as famílias rurais, bem como, uma sociedade dominada por mulheres que realizam a produção e o consumo de alimentos saudáveis. A agroecologia se baseia nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais mais justas a partir do uso e manejo sustentável no solo (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

“Esse conhecimento veio dos saberes ancestrais, da forma como os povos tradicionais, indígenas e quilombolas, se relacionavam com a natureza, com a comida e com as pessoas. Tal modo de vida depende do acesso à terra, ao território e à água, e das práticas de respeito e cuidado com a biodiversidade e os bens comuns” (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023, p.7).

No Brasil, desde a década de 70, após enfrentar todo um processo de modernização da agricultura, transformações socioeconômicas, utilização de insumos químicos, agrotóxicos e fertilizantes nas produções agrícolas, o campo tem-se modificado constantemente.

“A modernização era vista e projetada como a forma de atingir o desenvolvimento rural e, assim, era apresentada como a imagem do progresso” (MATOS; MARAFON, 2020, p.330). Esse processo, “visava aumentar a produção e produtividade, sem levar em conta todos os efeitos socioambientais e culturais advindos desse modelo de produção” (MATOS; MARAFON, 2020, p.331).

“Para o Estado, o agronegócio é o modelo que faz desenvolver o campo brasileiro, porque contribui com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia e exportação” (MATOS; MARAFON, 2020, p.329). Fruto de movimentos sociais ligados à agricultura familiar e um novo modelo agrícola produtivista conhecido como Revolução Verde, provocou-se a busca por outras bases e o desenvolvimento agrícola sustentável.



Esse cenário foi alvo e, ao mesmo tempo, fruto de diversas discussões, ações, movimentos, organizações e preocupações políticas, sociais, econômicas, relacionadas a conservação do meio ambiente, proteção da fauna brasileira, melhores condições de vida das pessoas, em específico à saúde humana.

Em função disso criou-se uma nova alternativa na estrutura organizacional da agricultura do país, que estimulasse a produção e o consumo de alimentos saudáveis, voltados a um novo modelo da atividade agrícola agroecológica, que de fato, contribuisse para melhores condições da vida humana, bem como, ao meio ambiente.

Em contrapartida, esse cenário caminha lentamente no Brasil, pois o território brasileiro ainda se concentra em maiores proporções de terras, influenciados pelos grandes investidores agrícolas, usinas, indústrias no setor agrário, dentre outros, que sustentam a economia e toda a produção do país.

Pastore (2003) afirma que, ainda existem poucos trabalhos que discutem as relações de gênero na agricultura familiar e na agroecologia, tendo em vista que, as discussões existentes priorizam fortemente os fatores econômicos, ao invés das relações socioambientais.

Consequentemente a essa nova alternativa de produção agroecológica, muitas mulheres trabalhadoras rurais têm conquistado autonomia e empoderamento frente às atividades realizadas no campo. A agroecologia é entendida como um componente de produção, que contribui no trabalho feminino e influência na importância da visibilidade do papel da mulher no espaço rural.

“Na compreensão que nós temos da agroecologia, as mulheres fazem parte desse ambiente. Sem a participação efetiva delas, não tem agroecologia. Pode até ser uma produção orgânica, mas a agroecologia é a integração de todos os seres vivos. As mulheres precisam ter o seu espaço de decisão, poder dizer o que plantar, como, onde, para quê (Agricultora participantes do IV ENA, 2018)” (ANJOS, 2014).

De acordo com Puleo (2003), existe um chamado ecofeminismo que se deu a partir de expressões essenciais opostas entre homens e mulheres. Tendo em vista que a analogia que, os homens por extinto são destruidores e competitivos por si só, enquanto as mulheres se caracterizam como seres não agressivos à preservação da natureza.

Outros autores, também abordam essa relação entre a mulher e a natureza, na qual ela tende a proteger e desenvolver trabalhos que causem menores impactos nela. Nobre (2002) diz que, a mulher pode proteger o ecossistema, uma vez que, ela invoca sua essência feminina e agrega responsabilidade a um trabalho desenvolvido no meio ambiente.

A estima que muitas mulheres desenvolvem com a natureza originou-se desde sua interação e cuidados nas produções das propriedades familiares (AGARWAL, 1999). O autor

explica que a responsabilidade em cultivar hortas nos quintais de casa, produções de policultivos e a preocupação com o autoconsumo familiar, influenciou na proteção do meio ambiente (AGARWAL, 1999).

Por esses e outros motivos, milhares de mulheres trabalhadoras de todo o país, buscam políticas públicas articuladas que reconheçam sua importância nos trabalhos desenvolvidos nos espaços rurais, com o intuito de garantir a soberania, segurança alimentar e nutricional da família e de toda sociedade.

“A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas para complementar a renda da família se mostra estratégia crescente e revela o fenômeno da pluriatividade familiar” (BIAZZO, 2008, p. 136).

De acordo com Wanderley (2001, p.38) a expansão turismo rural e outras categorias de atividades realizadas no rural, muitas vezes estão associadas ao patrimônio natural e ao calendário das festividades tradicionais de uma região. Visto que, valorizam a cultura e a identidade do homem do campo, bem como, fortalece o empoderamento feminino no meio rural, pois, parte dessas atividades são desenvolvidas e organizadas pelas mulheres.

Tais atividades, podem ser chamadas de pluriativa, uma vez que, em (muitos casos) é realizado o aproveitamento de elementos naturais existentes em suas terras, transformados em uma produção não-agrícola, tendo em vista, a terceirização desses produtos para a sociedade, através de, vendas diretas, feiras, comércio locais, regionais, nacional, entre outros. “O significado de pluriatividade muitas vezes se integra um ao outro com o significado de atividades não-agrícolas no meio rural” (CARNEIRO, 2006, p.168).

“Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor” (WANDERLEY, 2001. p. 36).

Por tudo isso, o rural é um espaço de desenvolvimento socioeconômico, em que as pessoas desenvolvem suas relações de trabalho e se organizam para se manter na localidade e muitas vezes, as mulheres rurais têm se apropriado de novas estratégias, principalmente as agroecológicas para alternar a renda familiar.

Neste sentido, são a maioria das mulheres do campo que realizam e produzem a alimentação mais saudável para a sociedade e mesmo diante de toda essa importância e também preocupação, os direitos a elas ainda são ameaçados constantemente. Alcançar a proteção e garantia alimentar provenientes dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres rurais faz parte de uma luta, por isso a importância da existência dos grupos e movimentos sociais que sustentam essa causa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1996, de acordo com os resultados do I Censo Nacional da Reforma Agrária, apenas 12,6% das mulheres foram apontadas como beneficiárias diretas (DEERE; LEÓN, 2001, p. 335). Isso significa, que desde esse período os números eram baixos, quando se tratavam da igualdade de gênero nos direitos estabelecidos no campo.

O baixo índice de trabalhadoras rurais beneficiárias no Brasil influenciou a criação da Constituição Federal de 1988, que reconhece os direitos das mulheres à terra (DA LUZ, 1996). Desde então, as trabalhadoras rurais alcançaram autonomia em chefiar suas propriedades no campo, o que anteriormente era um direito destinado apenas aos homens.

Em consequência da onda conservadora e autoritária que havia sendo fortalecida no país, desde o golpe de 2016, que resultou no impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff e também na prisão de Lula, no qual o impediu de participar do penúltimo processo eleitoral para presidência da república em 2019, fortes impactos afetaram a vida das mulheres de classes trabalhadoras (CONTAG, 2019).

Para melhor exemplificar esse cenário, a Contag (2019) explica que, foi realizado um projeto político conservador que avançou em vários países. Visto que, esse projeto estimulou a implementação de uma agenda ultraneoliberal, que se expande com a superexploração do trabalho.

Em 2018, após o então ex-presidente Michel Temer não ter revogado o Decreto de Nº 9.311 de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, as mulheres rurais passaram por muitos desafios no campo, marcado por um período de resistência e luta contra o antigoverno que não apoiavam tais políticas públicas.

Atualmente o Programa de Reforma Agrária no país será retomado e terão foco nas mulheres trabalhadoras rurais, o Sr. Presidente Luís Inácio Lula da Silva, realizou o anúncio na sétima Marcha das Margaridas em agosto de 2023 em Brasília. Além disso, de acordo com a fala exposta pelo atual presidente do Brasil, o programa de reforma agrária terá foco no processo de seleção das famílias beneficiadas.

Segundo o sítio eletrônico da Agência Brasil (2023), essa demanda das margaridas por democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais está na pauta de reivindicações apresentadas ao governo federal, em junho deste ano. Tais reivindicações do

movimento foi um dos centros do debate e das cobranças realizadas por mais de 100 mil mulheres que estiveram presentes na Sétima Marcha das Margaridas.

É importante lembrar que em 2019, a Marcha das Margaridas enfrentou um cenário crítico, no que diz respeito ao contexto de retrocessos democráticos e de retirada sistemática de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. De acordo com a Contag (2019), após a eleição de Jair Bolsonaro em 2019 para presidente da república do Brasil, houve diversos interesses privatistas que ameaçou constantemente os direitos das trabalhadoras rurais já conquistados.

De acordo com a Cartilha de Apresentação da Sétima Marcha das Margaridas 2023, quatro anos se passaram desde o último encontro na Capital Federal, em 2019. Marcado por um momento de resistência, as Margaridas denunciavam os ataques aos direitos e à vida que das mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

Desde então as Margaridas relatam ter vivido momentos de muitas incertezas, visto que, se mobilizaram e reagiram constantemente contra os ataques, violações e desmonte das políticas públicas que asseguravam seus nossos direitos, conquistados pela força de suas lutas e se mostraram cada vez mais resistentes e resilientes diante da construção de uma história protagonizada pela luta feminina (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

Em 2019, criou-se uma plataforma política da 6ª “Marcha das Margaridas” que foi reflexo de um longo processo de discussões, realizadas em âmbito municipal, estadual e nacional, na qual sua construção reflete nos problemas dessas trabalhadoras que lutam por justiça e igualdade social, em um país historicamente marcado pela concentração de terras, riquezas e poder (CONTAG, 2019).

De acordo com a Contag (2019, p. 03):

“A Plataforma foi elaborada a partir de escutas e reflexões feitas com as mulheres do campo, da floresta, das águas e, também, da cidade, percorrendo as cinco grandes regiões do país, desde os seus locais de vida e atuação. Ela se soma a outras iniciativas como o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário proposto pelo MSTTR, e de espaços como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Além disso, sua construção se articula com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Década da Agricultura Familiar aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mas, o mais importante: ela revela os nossos sonhos, os nossos quereres e a utopia que nos move em direção à transformação da sociedade”.

A Contag (2019) ressalta que as “Margaridas” correspondem a um movimento sindical de trabalhadoras rurais, distribuídos em 16 organizações que levantam a mesma bandeira, dentre eles, o “Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

(CONAQ), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária em (UNICAFES) e, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)”,.

Em 2023, a Marcha das Margaridas contou com a presença de inúmeras mulheres que lutam “Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”, (figura 1 e 2) lema central da marcha.



Figura 1: Folder de divulgação e lema da Sétima Marcha das Margaridas 2023.

Fonte: Sítio eletrônico da Marcha das Margaridas (www.marchadasmargaridas.org.br).



Figura 2: Marcha da Margaridas 2023.

Fonte: (Sítio eletrônico ANA www.agroecologia.org.br / Foto: Ricardo Stuckert / PR).



A Sétima Marcha das Margaridas mobilizou a busca por alguns eixos políticos, tais como:

“Democracia participativa e soberania popular; Poder e participação política das mulheres; Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos marégrafos; Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; Direito de acesso e uso da biodiversidade, defesa dos bens comuns e proteção da natureza com justiça ambiental e climática; Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda; Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo; Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária; Universalização do acesso à internet e inclusão digital; Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade” (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

Vale lembrar que as Margaridas entendem que a participação das mulheres nesse movimento social de grande relevância no Brasil é uma condição importante para a democracia do país, já que as mulheres ainda correspondem a uma pequena minoria nos espaços de liderança e direção dos sindicatos, dos partidos, governos entre outras esferas de poder (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

Valenciano e Júnior (2002) relatam que, a mulher ao inserir uma luta política, ela adquire uma consciência de classe, visto que, assume uma identidade e/ou uma ideia de pertencimento a um grupo, na qual compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, entre outros.

Após as eleições de 2022 na qual elegeram o atual Presidente Lula, as Margaridas ainda relatam na Cartilha de poder e participação política das mulheres, que:

“Mesmo diante da constatação que as mulheres, nas eleições de 2022, tiveram a maior participação da história, ainda é gigantesca a sua sub-representação no Parlamento brasileiro. Olhando para o perfil das mulheres eleitas é possível perceber que a maioria delas tem ligação com os seus maridos ou com os seus pais que, por sua vez, são oligarcas da política. Muitas delas significam a continuidade de um projeto e a perpetuação dessa lógica oligárquica, racista e burguesa que, em última instância, oprime e explora outras mulheres. Mas mesmo em menor número temos representantes feministas bastante aguerridas nesses espaços” (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023, p.2).

As Margaridas frisam o número de deputadas federais eleitas, sendo (92), “o que significou um crescimento de 18% em relação às eleições de 2018, assim como também cresceu em 26%, a presença de negros e negras” (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023, p.2).

Segundo elas, a presença de “mulheres pretas, negras e pardas, assim como as mulheres indígenas, as mulheres do campo, da floresta e das águas, bem como as mulheres periféricas,



ainda apresentam uma representação bastante reduzida no espaço legislativo” (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023, p.2).

Nessa perspectiva, a ação coletiva de mulheres que buscam por transformações no seu ciclo social, seja diante das políticas públicas, segurança, oportunidades, reconhecimento e valorização do trabalho, a construção de suas identidades, entre outros, tem sido um dos maiores enfrentamentos da classe feminina.

Entende-se que um dos fatores primordiais para as mulheres conseguirem conciliar o exercício da vida política sindical com a vida familiar é uma das maiores dificuldades enfrentadas pela classe feminina hoje, já que, os diferentes tipos de trabalhos desempenhados pela mulher, seja ele remunerado ou não se defrontam no dia-a-dia.

Nesse cenário estamos falando das mulheres que desempenham uma dupla jornada de trabalho, ou seja, as que além de lidar com o campo ainda se envolvem na maior parte do tempo com os trabalhos domésticos. Vale ainda lembrar que na maioria dos casos são as mulheres as grandes responsáveis pelo modelo dominante de produção e distribuição de alimentos, ainda que, em diversas partes do mundo as pessoas ainda tenham que enfrentar diversas dificuldades e desafios para ter acesso à alimentos saudáveis.

No que se refere aos trabalhos desempenhados pelas mulheres na agroecologia brasileira, de acordo com o sítio eletrônico da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, o movimento agroecológico é considerado a maior ação política de mulheres do campo, das águas e das florestas da América Latina e foi um dos grandes aliados da Sétima Marcha das Margaridas 2023 (figura 3). Visto que, o movimento busca pela implantação de uma política de incentivo para a criação de noventa mil quintais produtivos até o ano de 2026 (BRASIL, ANA, 2023).



Figura 2: Plenária de Mulheres da Agroecologia na Marcha das Margaridas
Fonte: (Sítio eletrônico ANA www.agroecologia.org.br . Foto: Helen Borborema/ANA)

Segundo a matéria publicada no sítio eletrônico da ANA (2023), o movimento também busca pelo investimento em assistência técnica na agroecologia brasileira. Para as Margaridas:

[...] as lutas das mulheres do campo, da floresta e das águas por soberania e segurança alimentar e nutricional são indissociáveis da defesa e da construção da agroecologia. Afinal, só existe garantia de comida de verdade que chegue à mesa, à barriga e ao coração do povo se a produção e distribuição dos alimentos tiverem por base a construção de práticas socioambientais fundadas tanto na relação de unidade entre humanos e natureza, quanto no reconhecimento da diversidade de sujeitos, seus modos de vida, e no fim das desigualdades e formas de violência (BRASIL, MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023, p.2).

Ainda segundo a Cartilha de Vida Saudável com Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2023) apresentada pelas Margaridas, mostra que existem muitas desigualdades no campo e a fome é um dos maiores problemas enfrentados por famílias de todo o país, visto que, as mais afetadas são as pessoas que tem lares comandados por pessoas pretas ou pardas. Isso mostra que o agravamento da fome também é algo recorrente nas áreas rurais, onde existe a insegurança alimentar em todos os níveis.

Um dos momentos marcantes durante a Marcha foi o GT Mulheres da Ana, realizado pela Plenária de Mulheres da Agroecologia, segundo o sítio eletrônico da ANA (2023), os depoimentos mencionados sobre os desafios enfrentados pelas mulheres diante da produção e reprodução da vida, na defesa de seus territórios, de violações cometidas pelo agronegócio, mineração, entre outros, foi algo que chamou muita atenção dos que estavam presentes, já que são as mulheres as grandes responsáveis pelos cuidados da biodiversidade e da agroecologia brasileira.

Outro momento importante na Marcha das Margaridas 2023, foi no Seminário Nacional sobre as Cadernetas Agroecológicas, em que o foco as ações promovidas direcionaram-se entre uma parceria da Contag com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a ANA. No ato, as mulheres tiveram a oportunidade de explanar seus diferentes aprendizados e fizeram vários registros da produção para autoconsumo, a forma como elas trabalhado e gerado renda, além da troca e doação, o que fortalece cada vez mais a solidariedade nos territórios (BRASIL, ANA, 2023).

Por tudo isso, se dá a importância da presença da mulher nos trabalhos desenvolvidos no campo, principalmente no que diz respeito as mulheres que representam a agroecologia brasileira (figura 4). Vale lembrar que ainda existem muitas lutas para serem enfrentadas, assim como: a falta de recursos financeiros e materiais, a violência no campo, violência sexual e doméstica, valorização do trabalho feminino, entre outros. Com tudo, espera-se um olhar mais atento das esferas públicas e privadas frente a participação das mulheres nas decisões políticas e sociais, majoritariamente às mulheres negras ou pardas.



Figura 4: Representantes da Agroecologia Brasileira na Sétima Marcha das Margaridas 2023.
Fonte: Sítio eletrônico ANA www.agroecologia.org.br / (Foto: Joédson Alves/ABr).

*Mulheres são como água, crescem quando se encontram.
(Sétima Marcha das Margaridas 2023)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa discussão, percebe-se que mesmo depois de longos anos e frente a um novo modelo de sociedade em que se vive no século XXI, ainda é constante a luta das mulheres trabalhadoras rurais pelos seus direitos. Essa classe de trabalhadoras rurais, sejam elas, assentadas, agricultoras, camponesas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, dentre outras, continuam representando os sujeitos sociais e econômicos do país.

A partir do empoderamento feminino no campo e a iniciativa nas tomadas de decisões, as mulheres se unem em movimentos e organizações, em busca de igualdade social, implementação de políticas públicas destinadas às mulheres trabalhadoras do espaço rural e soberania no Brasil.

Todo o processo de luta e resistência feminina contribui para melhor atender as necessidades das diferentes trabalhadoras rurais no país. Em destaque, a “Marcha das

"Margaridas" é uma organização destinada para buscar melhores condições de vida para as mulheres do campo.

Por meio deste movimento feminista que acontece em Brasília desde 2000, a Marcha das Margaridas apresenta uma pauta para negociações e melhoras para essas mulheres rurais que vivem em diversas regiões brasileiras. Juntas, têm somado esforços também às trabalhadoras urbanas e ativistas, lutando por um país com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência.

As Margaridas acreditam e lutam na transformação de uma sociedade mais saudável, tendo em vista, a inserção e o investimento no desenvolvimento da produção agroecológica no país, em que todas as famílias rurais tivessem o acesso à terra e à água, o que ainda corresponde a uma realidade controversa do ambiente rural de muitas regiões do Brasil.

Por tanto, este grupo de mulheres trabalhadoras continuam buscando políticas públicas articuladas que reconheçam sua importância nos trabalhos desenvolvidos nos espaços rurais, e forneça uma boa qualidade de vida as famílias do campo.

Não se pode negar que ainda existem em nossa sociedade um grande grupo de mulheres que não conseguem acessar os direitos, políticas públicas e participarem das decisões políticas e sociais, por isso, a melhor forma de superar esses obstáculos é fazendo e/ou lutando para que as esferas públicas e privadas tenham um olhar mais direcionado a esses sujeitos que lidam diariamente com a desigualdade de gênero e classe no meio rural, afinal são essas mulheres que tem desempenhado na maior parte do tempo o protagonismo nos trabalhos realizados no campo, e tem contribuído para uma sociedade mais saudável, resistente e resiliente.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, B. Negociación y relaciones de género: dentro y fuera de la unidad doméstica. In: **História Agrária**. n.17,1999.

ANJOS, A. B. Mulheres da agroecologia: a luta por igualdade de direitos. **Revista Fórum, meio digital**, n. 149, 30 de maio de .2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/digital/149/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>. Acesso em 13 nov. 2020

BANDEIRA, L. M., SIQUEIRA, D. A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. In: **Sociedade e Estado – feminismos e gênero**. Rev. do Departamento de Sociologia da Unb.v. 12, n. 2, jul./dez. Brasília, 1997.

BIAZZO, P. P. **CAMPO E RURAL, CIDADE E URBANO**: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. São Paulo: Engrup, 2008, p. 132-150.



BRASIL. Agência Brasil. **Sétima Marcha das Margaridas**. Brasília, 15 de agosto de 2023. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/marcha-das-margaridas-2023>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. **Mulheres na Agroecologia. Agroecologia sai fortalecida da Marcha das Margaridas**. ANA, 6 de setembro de 2023. Disponível em: < <https://agroecologia.org.br/2023/09/06/agroecologia-sai-fortalecida-da-marcha-das-margaridas/>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Marcha das Margaridas. **Marcha das Margaridas 2023. Caderno 1 - APRESENTAÇÃO E LEMA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2023**. 29 de junho de 2023. Disponível em: < <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzM=>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Marcha das Margaridas. **Marcha das Margaridas 2023. Caderno 3 - PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES**. 29 de junho de 2023. Disponível em: < <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzU=>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Marcha das Margaridas. **Marcha das Margaridas 2023. Caderno 10 - VIDA SAUDÁVEL COM AGROECOLOGIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. 27 de junho de 2023. Disponível em: < <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTE=>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BUTTO, A. Políticas para as Mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Gênero na agricultura Familiar e na reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD, 2006. p. 87-116.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 167-187.

CONTAG. Pauta de reivindicações – **Marcha das Margaridas 2015**. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT, 2015.

CONTAG. **Plataforma Política – Marcha das Margaridas 2019**: por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Brasília: STTRs/FETAGS/CONTAG, 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf. Acesso em 11 nov. 2020.

DA LUZ, V. P. **Curso de Direito Agrário**: contém o Estatuto da Terra. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 2 ed., 1996.

DEERE, C. D. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira**: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 112-146.



DEERE, C. D.; LÉON, M. Empowering Women: Land and Property Rights in Latin America. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2001 (Tradução ao português: **O Empoderamento das Mulheres: Terra e Direitos da Propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002, no prelo).

FERNANDES, A. P. **A Reforma Agrária, a mulher e a exclusão feminina**: a “Marcha das Margaridas”, um exemplo de luta pela igualdade. (2012). Disponível em: <<http://www.ueg.br/>> Acesso em: 20 nov. 2020.

GARCIA, M. F.; JUNIOR, A. T. Trabalhadoras rurais e luta pela interlocução entre gênero, trabalho e território. **Terra Livre**: São Paulo, ano 18, n. 19. Jul/dez, 2002, p. 257-272.

KUHNEN, Tânia A. Conexões entre ecofeminismo e movimentos rurais de mulheres no Brasil. In: **Anais do III Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Campina Grande. Com a diferença tecer a resistência. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017, p. 794-799.

MARTINS, José de S. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Record, 2000.

MATOS, P. F.; MARAFON, G. J. A modernização da agricultura no Brasil e as tramas do agronegócio. In: **Temas em Geografia Rural**. (orgs). 2.ed. Eduerj: Rio de Janeiro, 2020, p. 328-346.

MENES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SILVA, T. P. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2014.

MOSER, C. La planificación de genero en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In: GUZMÁN, V.; PORTOCARREO, P.; VARGAS, V. **Una nueva lectura**: género en el desarrollo. Lima: Entre Mujeres/Floram Tristán, 1991. p. 55-124.

NOBRE, M. Introdução à economia feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

PASTORE, E. **Relações de gênero na agricultura ecológica**: um estudo de caso na Região Serrana do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Dissertação de Mestrado).

PINTO, C. R. Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992. p.127-150.

PULEO, A. H. **Feminismo y ecología. Mujeres en Rede**. 2003. Disponível em <<http://www.suscribe.ecoportal.net>> Acesso em: 23 nov. 2020.

SILVA, B. G. **A MARCHA DAS MARGARIDAS**: resistências e permanências. Brasília: UNB, 2008, p. 1-172. (Dissertação de Mestrado).

Valenciano, R. C., & Thomaz Jr., A. (2011). O PAPEL DA MULHER NA LUTA PELA TERRA. UMA QUESTÃO DE GÊNERO E/OU CLASSE?. PEGADA - A **Revista Da Geografia Do Trabalho**, 3. <https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.792>.



XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Buenos Aires: 2001, p.31-44.